

PAPEL DA CONTABILIDADE NAS FERRAMENTAS AMBIENTAIS NAS GESTÕES SUSTENTÁVEL DAS EMPRESAS

Carlos Daniel Alves Mota da Silva¹
João Gabriel Gonzaga Lopes²
Millyan Kelly de Sousa Lima³
Grasiel da Silva Feitosa⁴

RESUMO: Este trabalho tem como objetivo analisar a importância da contabilidade ambiental para o alcance da rentabilidade empresarial utilizando ferramentas sustentáveis. A pesquisa foi de natureza exploratória e descritiva e foi conduzida por meio de uma revisão narrativa da literatura, utilizando fontes acadêmicas e normativas. Constata-se que a contabilidade ambiental deixou de ser apenas um sistema de registro financeiro, passando a ser uma ferramenta estratégica para a gestão sustentável, fornecendo dados importantes sobre o impacto das atividades empresariais no meio ambiente. A contabilidade ambiental permite que as empresas meçam, controlem e divulguem o impacto de suas operações no meio ambiente, promovendo conformidade legal, transparência e consistência com práticas de governança social e ambiental. O estudo também discute a evolução histórica da contabilidade ambiental, seus principais instrumentos regulatórios (como CPC 25 e 29) e o papel do balanço social. Conclui-se que, embora enfrente desafios como custos iniciais elevados, a contabilidade ambiental representa um diferencial competitivo ao integrar sustentabilidade e desempenho financeiro, fortalecendo a imagem corporativa e contribuindo para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

480

Palavras-chave: Contabilidade ambiental. Sustentabilidade empresarial. Ferramentas ambientais. Gestão contábil. Responsabilidade socioambiental.

ABSTRACT: This paper aims to analyze the importance of environmental accounting for achieving corporate profitability using sustainable tools. The research was exploratory and descriptive in nature and was conducted through a narrative review of the literature, using academic and regulatory sources. It is clear that environmental accounting is no longer just a financial recording system, but has become a strategic tool for sustainable management, providing important data on the impact of business activities on the environment. Environmental accounting allows companies to measure, control and disclose the impact of their operations on the environment, promoting legal compliance, transparency and consistency with social and environmental governance practices. The study also discusses the historical evolution of environmental accounting, its main regulatory instruments (such as CPC 25 and 29) and the role of the social balance sheet. It is concluded that, although it faces challenges such as high initial costs, environmental accounting represents a competitive advantage by integrating sustainability and financial performance, strengthening the corporate image and contributing to the Sustainable Development Goals (SDGs).

Keywords: Environmental accounting. Corporate sustainability. Environmental tools. Accounting management. Socio-environmental responsibility.

¹ Graduando em Ciências Contábeis pelo Centro Universitário UNIFAESF.

² Graduanda em Ciências Contábeis pelo Centro Universitário UNIFAESF.

³ Graduanda em Ciências Contábeis pelo Centro Universitário UNIFAESF.

⁴ Professor, Contador, Especialista em Contabilidade Fiscal e Planejamento Tributário.

I INTRODUÇÃO

A crescente preocupação com as questões ambientais tem impulsionado transformações significativas no cenário empresarial contemporâneo, impondo às organizações a necessidade de adotar práticas mais sustentáveis e socialmente responsáveis. Nesse contexto, a contabilidade ambiental configura-se como uma ferramenta estratégica indispensável, promovendo a integração de princípios sustentáveis à gestão corporativa e possibilitando uma atuação que transcenda a busca por resultados financeiros imediatos, incorporando também a análise dos impactos socioambientais decorrentes das atividades empresariais.

A relevância da contabilidade ambiental manifesta-se na sua capacidade de mensurar e divulgar informações sobre os custos e benefícios ambientais relacionados às operações das empresas. Essa abordagem favorece a implementação de ferramentas sustentáveis que, além de contribuir para a preservação dos recursos naturais, potencializam a redução de custos operacionais, promovem a otimização de processos e reforçam a imagem institucional, aspectos que influenciam decisivamente na lucratividade e na competitividade organizacional.

Diante desse panorama, a presente pesquisa propõe-se a investigar a seguinte problemática: qual a importância da contabilidade ambiental na utilização de ferramentas sustentáveis relacionadas à lucratividade empresarial? Para tanto, estabelece-se como objetivo geral analisar essa importância, delineando, ainda, como objetivos específicos: descrever a trajetória histórica e a evolução da contabilidade ambiental; compreender a sua importância no contexto corporativo; e analisar as normas que orientam sua aplicação.

Com base nesse questionamento, são formuladas duas hipóteses principais: a primeira considera que a contabilidade ambiental pode efetivamente contribuir para o incremento da lucratividade ao alinhar práticas sustentáveis à eficiência econômica; a segunda admite que, embora benéfica, sua aplicação pode implicar elevados custos iniciais, os quais podem dificultar o retorno financeiro imediato, sobretudo em ambientes empresariais marcados por intensa competitividade.

A justificativa para a realização deste estudo fundamenta-se na necessidade premente de integrar práticas sustentáveis à gestão empresarial, considerando o fortalecimento das exigências regulatórias, a crescente pressão social por responsabilidade ambiental e a busca constante por estratégias que assegurem diferenciação competitiva no mercado. Nesse sentido, a contabilidade ambiental destaca-se como instrumento fundamental para a geração de

informações que orientam a tomada de decisões, asseguram o cumprimento das legislações vigentes, facilitam a atração de investimentos fundamentados em critérios ESG (Ambiental, Social e Governança) e contribuem para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) preconizados pela Organização das Nações Unidas (ONU). Assim, a contabilidade ambiental consolida-se não apenas como uma exigência normativa, mas como um elemento estratégico para a sustentabilidade e a perenidade das organizações em um mercado cada vez mais orientado por valores éticos e práticas responsáveis.

2 HISTÓRICO E EVOLUÇÃO DA CONTABILIDADE AMBIENTAL

A contabilidade ambiental não tem um ano específico para sua criação, mas por volta de 1970, em Estocolmo, foi realizada uma conferência mundial sobre o meio ambiente das Nações Unidas. Já naquela época, havia preocupações com o tratamento adequado do meio ambiente. Em 1980, a visão das empresas que lideravam o mercado começou a mudar, focando no enfrentamento das causas ambientais em vez de apenas lidar com suas consequências, usando esses tratamentos como estratégias competitivas (Rocha *et al*, 2006).

No ano de 1974 houve uma crise no ramo de petróleo, levando a contabilidade ambiental para dentro das empresas. Foi feita uma pesquisa que demonstrou que as empresas não davam a devida atenção para os recursos ambientais levando a uma grande escassez e prejuízos ao meio ambiente. Após esse estudo foi gerado um relatório que se chama ‘ ‘ Limites de Crescimento ‘ ‘ nesse relatório mostrava que não só as empresas, mas também as pessoas não tinham essa preocupação, tendo como consequência dificuldades com o desenvolvimento de produtos ou serviços que estava diretamente ligado com recursos naturais (Alonso *et al*, 2014).

De acordo com Tinoco e Kraemer (2004), a partir da década de 1990, houve uma ampliação significativa da conscientização ambiental, impulsionada tanto por movimentos sociais quanto por políticas públicas voltadas à sustentabilidade. Nesse contexto, a preservação do meio ambiente passou a ocupar um espaço mais relevante nas discussões sociais, e o termo *qualidade ambiental* começou a ser utilizado com maior frequência, tornando-se parte do vocabulário cotidiano e refletindo uma nova postura da sociedade frente às questões ecológicas.

Em junho de 1992, na cidade do Rio de Janeiro, foi realizada a CNUMAD, também conhecida com ECO – 92, onde se reuniram 178 países com a participação de 112 Chefes de Estados, objetivando elaborar estratégias em relação aos efeitos da degradação ambiental, de forma a interromper e reverter este quadro, promovendo o desenvolvimento

sustentável num ambiente saudável em todos os países (Rocha *et al*, 2006, p. 4).

Nos últimos anos, cresceram as discussões sobre como conciliar produção empresarial e preservação ambiental, reconhecendo que a sustentabilidade é essencial para a sobrevivência dos negócios. Nesse cenário, a contabilidade desempenha um papel estratégico, ao fornecer informações que auxiliam gestores no controle das relações com o meio ambiente. Ela se destaca como uma ferramenta de gestão, oferecendo dados relevantes sobre impactos ambientais que afetam o patrimônio das empresas (Sousa e Ribeiro. 2004).

De acordo com o que foi discutido acima, a contabilidade ambiental veio para suprir uma necessidade que estava crescendo cada vez mais no meio sustentável, com a falta de preocupação com o meio ambiente essa ferramenta de contabilidade ambiental tornou-se muito importante para gestão das empresas visando tanto o lucro com o cuidado com os recursos naturais.

2.1 Importância da contabilidade ambiental

Enquanto ciência, a contabilidade ambiental possui um sistema estruturado de registro e controle que pode auxiliar significativamente na área de proteção ambiental, fornecendo dados econômicos e financeiros das atividades de entidades que exploram o meio ambiente. Esse conjunto de informações é conhecido como contabilidade ambiental, uma vertente da contabilidade social. Considerando a história das ciências contábeis, a contabilidade ambiental pode ser considerada recente, assim como a preocupação de identificar e registrar os eventos contábeis da interação das empresas com o meio ambiente. Ela consiste em um instrumento para gestão ambiental (Martendal *et al*. 2011).

Em outras palavras, trata-se de uma decisão tanto de cunho financeiro, quanto ético-social, estando os contadores diretamente envolvidos nestas decisões e mensurações dos ativos investidos para a obtenção do retorno esperado pelos gestores. (Martendal *et al*, 2011, p. 4).

Conforme Tinoco e Kraemer (2004, p. 12), “a contabilidade [...] é o veículo adequado para divulgar informações sobre o meio ambiente”, sendo um fator de risco e de grande competitividade. Devido a grande escassez dos recursos naturais a contabilidade ambiental vem sendo pautas relevantes nos meios econômicos, sociais e políticos atingindo o nível global rapidamente devido a essas grandes preocupações com o meio ambiente (Rocha *et al*. 2006).

A contabilidade desempenha um papel fundamental nas tomadas de decisão das empresas, sendo uma ciência social que vem ganhando visibilidade mundial nos últimos anos.

Ela demonstra sua relevância tanto dentro quanto fora das organizações, especialmente no contexto atual de desafios ambientais. Muitos dos danos ao meio ambiente podem ser irreversíveis, e a contabilidade ambiental tem o papel de monitorar e controlar o uso dos recursos naturais, ajudando a evitar que esses impactos se agravem (Assis; Braz; Santos, 2011).

Sendo assim, a contabilidade ambiental tem como foco orientar e coordenar os gastos das empresas com base no ambiente, fornecendo as informações necessárias para tomada de decisão da gestão ambiental, pois os danos causados à natureza provavelmente serão irreversíveis para a sociedade (Assis; Braz; Santos, 2011).

Segundo Laurindo (2014) pode-se entender que a Contabilidade Ambiental não é uma contabilidade diferente, pois toda transação que afeta a posição econômica e financeira da entidade deve estar evidenciada nas demonstrações contábeis.

A contabilidade é um sistema de informação entre a situação financeira, econômica e patrimonial da empresa, tendo em vista que a atenção do mundo é atingida principalmente por questões ambientais, o assunto tomou forma e hoje representa uma grande oportunidade para as empresas, proporcionando conhecimento aos seus diversos usuários e auxiliando na tomada de decisão. O contador deve se atentar a essas informações e participar de forma ativa nas decisões, sugerindo medidas de controle e avaliação e métodos de divulgação adequados à realidade da empresa que está inserida (Kraemer. 2001).

484

Podemos entender a contabilidade ambiental como a mensuração e registro dos bens, direitos e obrigações geradas pelos impactos causados à natureza. As informações geradas são divulgadas em relatórios ambientais, como balanço social ou a demonstração do valor adicionado, que demonstram o desempenho ambiental e os impactos das atividades sobre o meio ambiente aos principais interessados como: Mercados, Sociedade, Governo, Clientes, Concorrência e Fornecedores (Marion; Costa, 2007).

Segundo Antunes (2000), o objetivo da contabilidade é registrar as mudanças no patrimônio das empresas. A contabilidade ambiental, por sua vez, mantém esse foco no patrimônio, mas com algumas características específicas. Enquanto a contabilidade tradicional visa exclusivamente o lucro, a contabilidade ambiental busca equilibrar a geração de lucro com a gestão ambiental, fornecendo suporte à empresa para que suas atividades minimizem

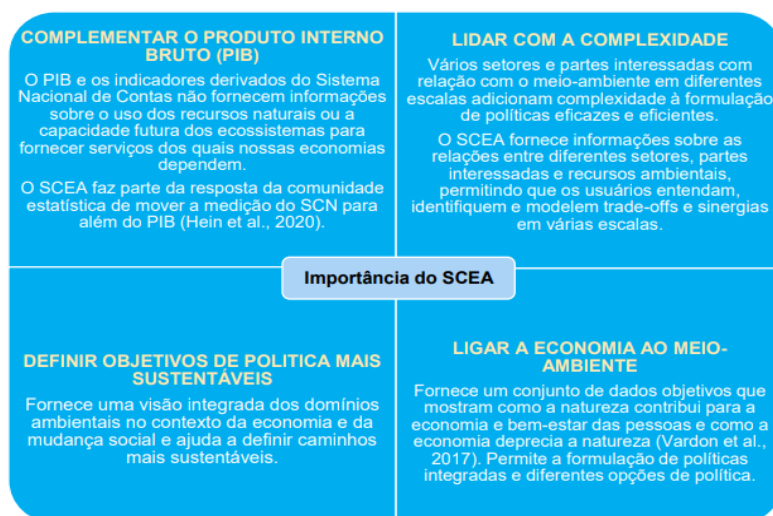
impactos negativos ao meio ambiente, ao mesmo tempo em que continuam alcançando resultados financeiros positivos.

2.1.1 Normas da Contabilidade Ambiental

A sigla ESG (Environmental, Social and Governance) surgiu com o relatório "*Who Cares Wins*" de 2004, fruto da iniciativa *United Nations Global Compact*, em parceria com a ONU e instituições financeiras. O objetivo foi integrar questões ambientais, sociais e de governança à gestão de ativos e serviços financeiros, fortalecendo a sustentabilidade e a confiança nas instituições. A proposta do ESG é que as empresas sejam avaliadas não apenas por critérios financeiros, mas também por seu desempenho ambiental, social e de governança. Diante dos desafios globais nessas áreas, negócios com baixo desempenho ESG tendem a perder valor, enquanto os que se destacam ganham espaço. Essa ideia, apresentada no relatório *Who Cares Wins* (2005), tem levado investidores e gestores a adotarem os critérios ESG na alocação de recursos e decisões estratégicas (Stoffel *et al.* 2023).

De acordo com (Pnuma, 2021, p 14), ''O Sistema de Contas Nacionais (SCN) é uma estrutura utilizada e testada para organizar informações sobre atividades econômicas e informar a política econômica nacional''. Vale ressaltar que ainda existem algumas críticas ao SCN quando se trata de recursos naturais, levando em conta que há uma visão equivocada de que esses recursos, que provêm da natureza, são de certa forma gratuita, o que leva as empresas a desgastar o meio ambiente para obter lucros econômicos e financeiros. Isso acaba influenciando a perda de recursos naturais em longo prazo. Devido a esses problemas no Sistema de Contas Nacionais (SCN), foi desenvolvido um sistema alternativo chamado Sistema de Contas Econômicas Ambientais (SCEA), apresentadas em 1993, com o objetivo de complementar e corrigir as falhas identificadas no SCN (Pnuma, 2021).

Figura 1: Descreve a importância desse sistema para as empresas que utilizam dos recursos naturais, mostrando alguns pontos positivos de ter sua contabilidade ambiental em dias.



(Pnuma, 2021, p. 15).

Outras normas e regras que regem a contabilidade ambiental, como o CPC 29 – Ativo Biológico e Produto Agrícola, também são de grande importância. A CVM destaca pontos relevantes deste CPC, como o reconhecimento e a mensuração, e a forma correta de calcular e registrar esses ativos na escrituração contábil. O CPC 29 também orienta sobre o correto reconhecimento do lucro, conforme as regras estabelecidas. Outro ponto importante é a divulgação adequada desses demonstrativos, que o CPC 29 busca assegurar (CVM, 2009).

Assim como o CPC 29, outro bem importante para contabilidade ambiental é o CPC 25. O CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes é um pronunciamento contábil que estabelece diretrizes sobre como as entidades devem reconhecer, mensurar e divulgar provisões, passivos contingentes e ativos contingentes nas suas demonstrações financeiras. Esse CPC foi aprovado pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e é fundamental para garantir a transparência e a consistência das informações financeiras. O CPC 25 desempenha um papel fundamental na padronização e transparência das informações contábeis relacionadas a provisões e passivos contingentes. Ele ajuda os usuários das demonstrações financeiras a entender melhor as obrigações e riscos que uma entidade pode enfrentar, contribuindo para uma avaliação mais precisa da sua situação financeira. As diretrizes contidas no CPC 25 são essenciais para garantir que as empresas façam a

contabilização adequada de suas responsabilidades, incluindo as relacionadas ao meio ambiente (CPC, 2009).

2.1.1.1 Balanço Social

De acordo com (Moreira, 2009, p. 6), ‘‘a França foi a pioneira a regulamentar a publicação do Balanço Social através da Lei 77.769 de 12 de julho de 1977, porém sua visão era restrita aos recursos humanos. Com o tempo ganhou uma abordagem mais ampla’’. A implantação desse relatório no Brasil levou anos para se tornar realidade, a primeira publicação só foi lançada em 1984 por uma companhia baiana chamada Nitro fértil que atuava no ramo de petróleo. O Balanço Social foi criado como um relatório voluntário no Brasil para divulgar as ações de responsabilidade social das empresas e complementar as informações financeiras. Ele permite que as empresas prestem contas sobre o uso dos recursos que consomem, incluindo recursos naturais, humanos, tecnológicos e físicos. Dessa forma, as empresas atuam em benefício da sociedade, utilizando os recursos de maneira transparente (Moreira, 2009).

Balanço Social em 2001 através de uma iniciativa conjunta da Associação Brasileira de Comunicação Empresarial - ABERJE, da Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais - APIMEC, do Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social, da Fundação Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas - IBASE, com o patrocínio do SESI, do SEBRAE e da Petrobrás. (Moreira, 2009, p. 7).

487

Conforme (Eduardo *et al*, 2019, p. 8), ‘‘A evidenciação do balanço patrimonial nas empresas tem como propósito demonstrar à sociedade a participação e a responsabilidade social da entidade’’. O Balanço Social não destaca apenas as questões ambientais, mas também as preocupações sociais, incluindo os deveres e responsabilidades da entidade com a sociedade e seus trabalhadores.

O Balanço Social destaca-se como o principal relatório da Contabilidade Social, cumprindo um papel fundamental na divulgação das ações socioambientais das empresas. Sua elaboração e uso não apenas fortalecem a transparência organizacional, como também funcionam como instrumentos de conscientização sobre a responsabilidade corporativa no desenvolvimento sustentável. Ao tornar visíveis as práticas voltadas ao bem-estar social e à preservação ambiental, o BS contribui para uma maior sensibilização não só das empresas, mas

da sociedade como um todo, quanto à importância de integrar os princípios da sustentabilidade à gestão empresarial (Oliveira, 2013).

Segundo Silva *et al* (2016), o balanço social tem como principal finalidade evidenciar as interações e os impactos que uma organização exerce sobre o meio ambiente, especialmente no que diz respeito ao uso dos recursos naturais necessários para a realização de suas atividades operacionais. Essa ferramenta representa um importante instrumento de transparência, permitindo que a sociedade, investidores e demais partes interessadas compreendam como a empresa

lida com questões socioambientais. Apesar de ainda não ser uma exigência legal no Brasil, algumas instituições reguladoras e normativas, como a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e o Conselho Federal de Contabilidade (CFC), têm recomendado a adoção voluntária desse tipo de relatório. Essas entidades 123reconhecem a relevância do balanço social como uma prática de governança que reforça o compromisso organizacional com a sustentabilidade e com a responsabilidade socioambiental.

Por isso esse demonstrativo é considerado um dos relatórios mais abrangentes para empresas que demonstram comprometimento com questões sociais e ambientais. Embora não seja um documento obrigatório, muitas empresas adotam essa prática para reforçar seu compromisso com a preservação ambiental e o bem-estar social. Além disso, ao mostrar essas preocupações, as empresas melhoram sua imagem pública, transmitindo uma impressão positiva à sociedade e ao governo, o que pode atrair investidores interessados em atividades sustentáveis.

Dessa forma, o Balanço Social não apenas reflete a responsabilidade socioambiental, mas também contribui para a lucratividade e a rentabilidade das empresas, alinhando crescimento econômico com práticas sustentáveis.

3 METODOLOGIA

A presente pesquisa adota uma abordagem exploratória e descritiva, utilizando a técnica de revisão de literatura na modalidade narrativa. Segundo Marconi e Lakatos (2010), a pesquisa descritiva visa especificar as características de fenômenos ou populações, analisando seus aspectos e relacionando variáveis, com o intuito de oferecer uma visão mais detalhada sobre o tema estudado. Já de acordo com Cerro, Bervian e Da Silva (2007), a pesquisa exploratória tem como principal objetivo ampliar a compreensão sobre um tema pouco investigado, permitindo

ao pesquisador delimitar melhor o objeto de estudo e estabelecer um ponto de partida para análises mais aprofundadas.

A busca por estudos foi realizada por meio do Google Acadêmico, da base de dados SciELO (Scientific Electronic Library Online) e do site oficial do Conselho Federal de Contabilidade. Além disso, foram consultadas fontes institucionais como os sites do Conselho Monetário Nacional (CMV), do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), com o objetivo de incorporar documentos normativos, diretrizes e relatórios relevantes à temática ambiental contábil. Utilizaram-se como palavras-chave: “Contabilidade ambiental”, “Ferramentas ambientais” e “Normas da contabilidade”, combinadas com o operador booleano “AND”. Os critérios de inclusão adotados foram: artigos e documentos publicados integralmente em português, disponíveis online, e com recorte temporal entre os anos de 2000 e 2023. Foram excluídos todos os materiais que não atendiam a esses critérios.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa evidenciou a relevância crescente da contabilidade ambiental como ferramenta estratégica nas gestões sustentáveis das empresas. Mais do que um mero sistema de registro financeiro, a contabilidade ambiental se consolidou como instrumento essencial para mensurar, controlar e divulgar os impactos ambientais das atividades empresariais, favorecendo a conformidade legal, a transparência e o fortalecimento da governança socioambiental.

Ao longo do trabalho, foi possível compreender que a integração entre sustentabilidade e rentabilidade empresarial não apenas é viável, como também se torna um diferencial competitivo. A utilização de ferramentas ambientais e a adoção de práticas contábeis alinhadas às normas técnicas — como os pronunciamentos CPC 25 e CPC 29 — auxiliam as organizações na gestão eficiente de recursos, no atendimento às demandas regulatórias e na geração de valor para stakeholders diversos, incluindo a sociedade, os investidores e o mercado.

Apesar dos desafios enfrentados, como os custos iniciais elevados e a resistência à mudança, a contabilidade ambiental demonstra seu potencial ao contribuir para o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e ao fortalecer a imagem institucional das empresas. A elaboração de relatórios como o Balanço Social reforça o compromisso das

organizações com a responsabilidade socioambiental, demonstrando, de forma prática e objetiva, o impacto positivo de uma gestão sustentável.

Dessa forma, conclui-se que a contabilidade ambiental não apenas complementa a contabilidade tradicional, mas amplia seu alcance, tornando-se indispensável para empresas que buscam longevidade, competitividade e atuação ética em um cenário global cada vez mais voltado à sustentabilidade.

REFERÊNCIAS

- ALONSO, Vera Lucia Chaves *et al.* Contabilidade Ambiental. In: **XI Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia**, 2014. Disponível em: <https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos14/132021.pdf>. Acesso em: 18 out. 2024.
- ANTUNES, C. do C. "Sociedades Sustentáveis: a responsabilidade da Contabilidade." In: **Coletânea de Artigos sobre Contabilidade Ambiental**, p. 6, agosto 2000. Disponível em: <https://revista.crcmg.org.br/rmc>. Acesso em: 12 out. 2024.
- ASSIS, P. R. P. de; BRAZ, E. M. Q.; SANTOS, C. L. dos. Contabilidade Ambiental. **Revista Siciliana**, 2011. Disponível em: http://sites.unisanta.br/revistaceciliana/edicao_05/1-2011-13-16.pdf. Acesso em: 12 out. 2024.
- CPC. Pronunciamento Técnico CPC 25: Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. **Comitê de Pronunciamentos Contábeis**, dez. 2009. Disponível em: <https://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=56>. Acesso em: 18 out. 2024.
- CVM. Ativo Biológico e Produto Agrícola. **Comitê de Pronunciamentos Contábeis**, dez. 2009. Disponível em: https://conteudo.cvm.gov.br/export/sites/cvm/menu/regulados/normascontabeis/cpc/CP_C_29_rev_14.pdf. Acesso em: 18 out. 2024.
- EDUARDO, Antônio Sérgio *et al.* Contabilidade Ambiental: Aspectos conceituais do estudo. **III Encontro Internacional de Gestão, Desenvolvimento e Inovação**, 2019. Disponível em: [file:///D:/Auxiliar%20-%20Documentos/Downloads/8647-Texto%20do%20Artigo%20\(Sem%20Identifica%C3%A7%C3%A3o%20dos%20Autores\)-29045-1-10-20191008.pdf](file:///D:/Auxiliar%20-%20Documentos/Downloads/8647-Texto%20do%20Artigo%20(Sem%20Identifica%C3%A7%C3%A3o%20dos%20Autores)-29045-1-10-20191008.pdf). Acesso em: 31 nov. 2024.
- FERREIRA, A. C. de S. Contabilidade Ambiental: uma informação para o desenvolvimento sustentável. **ResearchGate**. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2003. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/341254989_Contabilidade_Ambiental_-_uma_informacao_para_o_desenvolvimento_sustentavel_3a_edicao. Acesso em 12 out. 2024.
- KRAEMER, M. E. P. "Contabilidade Ambiental: O passaporte para a competitividade." **Revista CRC Santa Catarina**, Florianópolis, v. 1, n. 1, p. 25-40, dezembro 2001. Disponível em:

<http://revista.crcsc.org.br/revista/ojs-2.2.3-06/index.php/CRCSC/article/view/971/907>.
Acesso em: 12 out. 2024.

LAURINDO, J. da S. "A contabilidade ambiental como instrumento de gestão interna nas organizações." **Revista Uniedu**, Criciúma, 2014. Disponível em: <http://www.uniedu.sed.sc.gov.br/wp-content/uploads/2014/01/Jamile-da-Silva-Laurindo.pdf>. Acesso em: 12 out. 2024.

MARION, J. C.; COSTA, R. S. da. "A uniformidade na evidenciação das informações ambientais." *Revista Contabilidade & Finanças*, São Paulo, v. 18, n. 43, abril 2007. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/rcf/article/view/34212/36944>. Acesso em: 12 out. 2024.

MARTENDAL, Alair *et al.* Contabilidade ambiental: nível de conhecimento dos profissionais contábeis da grande Florianópolis. **Revista Enfoque: Reflexão Contábil**, Maringá, v. 38, n. 1, p. 4, 2011. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=307128851004>. Acesso em: 30 set. 2024.

MOREIRA, Jeanne Marguerite Molina. Contabilidade ambiental como instrumento de gestão ambiental e diferencial competitivo nas empresas. **Contabilidade Vista & Revista**, Belo Horizonte, v. 20, n. 1, p. 4, abr. 2009. Disponível em: <https://anaiscbc.abcustos.org.br/anais/article/view/1012>. Acesso em: 10 set. 2024.

OLIVEIRA, Juliana Cardoso. Contabilidade Ambiental Gerencial: desenvolvimento responsável e sustentável das empresas. **Revista Científica Semana Acadêmica**. 2012. Disponível em: <https://semanaacademica.org.br/system/files/artigos/artigocientifico-julianacardoso-pdf.pdf>. Acesso em: 31 nov. 2014.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O MEIO AMBIENTE. Contabilidade Ambiental: as contas econômicas ambientais e seu papel nas auditorias sobre biodiversidade e outros tópicos de meio ambiente e sustentabilidade. **Nairobi: Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente**, 2021. Disponível em: <https://wedocs.unep.org/handle/20.500.11822/35821>. Acesso em: 17 out. 2024.

ROCHA, Alexandre *et al.* Contabilidade ambiental: uma contribuição da ciência contábil. A sustentabilidade da gestão ambiental. **Anais do XIII SIMPEP**, São Paulo, p. 3, 2006. Disponível em: https://sistema.semead.com.br/9semead/resultado_semead/trabalhospdf/47. Acesso em: 04 out. 2024.

SOUSA, Valdivia Rosato; RIBEIRO, Maisa de Sousa. Aplicação da contabilidade ambiental na indústria madeireira. **Revista de Contabilidade & Finanças**, São Paulo, p. 2-4, ago. 2004. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1519-70772004000200005>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rcf/a/KXY755KrrvfG9ggqvHcckVP/>. Acesso em: 5 set. 2024.

STOFFEL, Geovana Gomes *et al.* A contabilidade ambiental como instrumento de sustentabilidade empresarial. **Revista Acadêmica Novo Milênio**, Espírito Santo, v. 5, n. 8, p. 5, 2023. Disponível em: <https://novomilenio.br/wp-content/uploads/2024/03/A-CONTABILIDADE-AMBIENTAL-COMO-INSTRUMENTO-DE-SUSTENTABILIDADE-EMPRESARIAL-ESG.pdf>. Acesso em: 15 set. 2024.

SILVA, BRUNA APARECIDA *et al.* CONTABILIDADE AMBIENTAL: O PAPEL DO CONTADOR PARA O PLANEJAMENTO SUSTENTÁVEL. **ESCOLA SUPERIOR DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO - STRONG ESAGS**. Santo André, 2016. Disponível em: <file:///C:/Users/LENOVO/Downloads/Contabilidade%20Ambiental.pdf>. Acesso em: 06 de maio 2025.

TAGLIARI, Victor Carvalho *et al.* Sustentabilidade empresarial: importante para os negócios, a comunidade e o meio ambiente. **Revista Científica Unilago**, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 2, jan. 2022. Disponível em: <https://revistas.unilago.edu.br/index.php/revista-cientifica/article/view/588>. Acesso em: 9 set. 2024.

TINOCO, João Eduardo Prudêncio; ROBLES, Léo Tadeu. A contabilidade da gestão ambiental e sua dimensão para a transparência empresarial: estudo de caso de quatro empresas brasileiras com atuação global. **Revista Administrativa Pública**. Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rap/a/6GjF4ZSjJ3yZSH9sk9q4FCb/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 06 nov. 2024.